



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

DESPACHO

EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0043.364643/2019-09/EPR

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de aparelhos de telefone IP, para a Superintendência de Estado para Resultados - EpR, Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS, Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP, Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, e, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

1. DA ADMISSIBILIDADE E DA SÍNTESE DA INTENÇÃO DE RECURSO

Manifestou intenção de recurso a licitante R&A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA, CNPJ 54.561.071/0001-92, nos itens 01 e 02, impugnando a habilitação da empresa KAMYLLA SOUSA MOREIRA, CNPJ 27.030.815/0001-70.

Sob à luz do artigo 4º, incisos XVIII e XX da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c artigo 26 do Decreto Estadual nº. 12.205/2006, este Pregoeiro recebeu e conheceu a intenção de recurso, por reunir os pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, dentre eles a tempestividade e a motivação.

2. DA SÍNTESE RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE

Em síntese, a empresa R&A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA alega que o produto ofertado pela empresa KAMYLLA SOUSA MOREIRA não atende as especificações técnicas do Edital e que a empresa recorrida não detém capacidade técnica para executar/fornecer o objeto da licitação.

3. DA SÍNTESE DAS CONTRARRAZÃO DA RECORRIDA

Não houve contrarrazão.

4. DO MÉRITO

Como já visto, o recurso impetrado pela empresa R&A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA versa sobre as especificações técnicas dos itens ofertados pela empresa KAMYLLA SOUSA MOREIRA. Segundo a recorrente, os itens ofertados não atendem as especificações do Edital e seus anexos. Tendo em vista que o objeto da licitação fora definido pela Secretaria de Estado para Resultados - EPR, este Pregoeiro remeteu o processo a essa Secretaria a fim de que analisasse a proposta de preços da recorrida e para que se manifestasse sobre o atendimento ou não das especificações técnicas nos itens 01 e 02.

A conclusão da Secretaria de Estado para Resultados - EPR, como se vê no documento SEI ID 0010881826, foi a seguinte:

Os aparelhos da marca Grandstream modelos GXP 1610 e GXP 1615 não atendem as especificações, pois o 1610 não suporta PoE e ambos não suportam duas Contas SIP, conforme já havia sido esclarecido no documento (0010569983). Assim sendo as propostas das empresas Kamyla Sousa Moreira e NetScience não atendem ao mínimo exigido nas especificações técnicas. Os equipamentos ofertados pela R&A Comércio e Fortt Brasil atendem as especificações. (grifo nosso)

É de sabença geral que, num processo licitatório deve-se observar os princípios do julgamento objetivo e vinculação ao instrumentos convocatório, conforme artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigível, ao convite e à proposta do licitante vencedor

(grifo nosso)

A boa Doutrina assentou o mesmo entendimento ao afirmar que “o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes” (Hely Lopes Meirelles, "Direito Administrativo Brasileiro", 30a ed., SP: Malheiros, p. 283)", o que se harmoniza com inúmeras decisões do Egrégio Tribunal de Contas da União, que, em repetidos julgados, tem consagrado a necessidade da observância do princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (Acórdão 1730/2006 – TCU – Plenário e Acórdão 15/2005 – TCU – 1ª Câmara).

Tendo em conta que os itens ofertados pela licitante KAMYLLA SOUSA MOREIRA não atendem as especificações técnicas disposta no Edital, entendo ser o caso o exercício da autotutela (Súmula 473 e 346; Art. 53, CAPUT, da Lei Federal 9.784/99) para, neste ponto, rever a decisão que aceitou a proposta da recorrida.

Acerca da alegação de que a empresa recorrida não detém capacidade técnica, entendo que não merece prosperar, eis que a comprovação de qualificação técnica por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica se dá por meio de comprovação de execução/fornecimento de objeto compatível com o que foi licitado (lei 8.666/93 em seu artigo 30, II), e não idêntico. A exigência de experiência idêntica a título de comprovação de qualificação técnica, bem sabemos, é vedada (Acórdão 2914/2013-Plenário/TCU). A recorrida, conforme documento SEI ID 0010697110, forneceu adaptadores de telefones analógicos, ou seja, teve experiência anterior comprovada no fornecimento de itens compatíveis e afetos ao ramo de telefonia, pelo que, entendo que seja irrazoável supor que não pudesse fornecer os aparelhos telefônicos ofertados.

Entretanto, em virtude de a recorrida apresentar itens que não atendem as especificações técnicas do Edital, e por todo o exposto acima, prolo a decisão abaixo.

5. DECISÃO

Em cumprimento ao art. 11, inc. VII, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, após análise da intenção de recurso manifesta, recebida e conhecida, bem como as Razões Recursais, e com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da eficiência, da competitividade, da razoabilidade, da proporcionalidade, entre outros, bem como visando o objetivo da

seleção da proposta mais vantajosa, julgo da seguinte forma:

a) PROCEDENTE o recurso apresentado nos itens 01 e 02, por parte da empresa R&A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA, onde me manifesto pela realização de retorno de fase a fim de desclassificar a empresa recorrida e convocar as remanescentes.

Remeto os autos a Autoridade Competente e submeto a presente decisão ao conhecimento e à apreciação da Autoridade Superior, na pessoa do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações, que, certamente, poderá ensejar melhor juízo e entendimento.

Porto Velho - RO, 03 de Abril de 2020.

JADER CHAPLIN B. DE OLIVEIRA

Pregoeiro - Equipe ZETA/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Jader Chaplin Bernardo de Oliveira, Pregoeiro(a)**, em 03/04/2020, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0010984887** e o código CRC **F87E3B22**.

Referência: Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0043.364643/2019-09

SEI nº 0010984887